

Ano XXVII n° 6805 – 26 de abril de 2023

CAIXA: empregados cobram melhores condições de trabalho para caixas, tesoureiros e avaliadores de penhor



Grupo de Trabalho sobre funções específicas na CAIXA retoma debates

O debate sobre os problemas enfrentados por avaliadores de penhor, caixas e tesoureiros nas unidades da CAIXA foi retomado, no último dia 20 de abril, na reunião do Grupo de Trabalho (GT) específico, conquista da Campanha Nacional 2022. “O banco está com outra postura em relação às nossas reivindicações, mas queremos assegurar, nesse fórum, medidas efetivas para melhoria das condições de trabalho. Temos diversas questões a serem resolvidas, sendo a principal o fim da função minuto”, reforçou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), Fabiana Uehara Proscholdt.

Na reunião, os representantes da CAIXA anunciaram que está prevista, para 2023, a adequação de mobiliários em 400 unidades do banco. Como fruto dos apontamentos feitos anteriormente, a CAIXA fará um piloto em 10 unidades em diferentes regiões do país, que já foram reformadas, para ajuste na gaveta dos caixas e, caso seja aprovado, será feita a compra para reparação desse mobiliário.

Os representantes dos trabalhadores destacaram a importância de os equipamentos serem testados antes da aquisição por quem efetivamente os utiliza. Os trabalhadores pediram também a listagem das unidades a serem reformadas para que as entidades sindicais possam acompanhar as mudanças, pois, segundo relatos dos trabalhadores, as últimas aquisições de mobiliários não atenderam as necessidades de ergonomia, gerando maior adoecimento entre os trabalhadores.

Um avanço importante, anunciado no GT, foi o acesso aos sites de domínio CAIXA nas estações financeiras. Isso será possível com a implantação da nova versão do Sisag, que começará na segunda quinzena de maio e deve ser concluída em junho. Os trabalhadores defendem a ampliação do acesso a outras ferramentas (caixamail e teams, por exemplo) e sites com extensão “gov.br” para facilitar a validação de documentos.

Na próxima reunião do GT, agendada para 18 de maio, entre outros pontos, serão debatidos os problemas de sistema.

Redução de desoneração fiscal pode arrecadar R\$150 bilhões

O governo federal anunciou, através do ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT), que pretende reduzir o número de empresas beneficiadas com desoneração fiscal, que pagam menos impostos. A ideia é arrecadar pelo menos R\$ 150 bilhões. Os cofres públicos perdem anualmente R\$ 600 bi com a redução de arrecadação de impostos de empresas sem nenhuma contrapartida social ou comprometimento com a geração de empregos, reduzindo os incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), concedidos por estados.

O ministro anunciou também a divulgação dos nomes das empresas beneficiadas.

Segundo Haddad, o Ministério da Fazenda prepara com a Controladoria Geral da União (CGU) a divulgação da lista de “CNPJ por CNPJ” das empresas que hoje são beneficiadas por renúncias e subsídios, chamados de “gastos tributários”.

“Só estamos pagando R\$ 700 bilhões de juros porque estamos pagando R\$ 600 bilhões de renúncia. É simples assim”, disse Haddad ao Jornal O Estado de São Paulo.

Economistas como Marcio Pochmann e Marilane Teixeira, ambos da Unicamp, defendem a medida do governo. Na avaliação dos dois acadêmicos, a sociedade perde com o não pagamento de impostos por parte dessas empresas, beneficiando cada vez mais os ricos em detrimento de investimentos sociais e de geração de emprego e renda.

O valor que a área econômica do Palácio do Planalto pretende arrecadar com a medida representa apenas 25% do valor total que o Brasil perde com as desonerações.

Um exemplo que gera críticas às desonerações é o caso das locadoras de veículos que compram carros com redução de impostos, portanto bem abaixo do valor de mercado e, após um tempo de uso, revendem os mesmos por valores acima da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Outro caso igualmente escandaloso é a desoneração para a importação de produtos de luxo, como caviar, salmão, vinhos e destilados importados.